



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento da RNTIAT para o período 2022-2031 (PDIRG 2021)

99.ª Consulta Pública da ERSE
(prazo para receção de contributos: 16/06/2021)

Comentários da CIP – Confederação Empresarial de Portugal

A proposta de PDIRG 2021 (Plano Decenal Indicativo de Desenvolvimento e Investimento da RNTIAT para o período 2022-2031) foi colocada em consulta pública pela ERSE em 03/05/2021, a qual decorre até 16/06/2021.

Esta proposta difere substancialmente das que, até esta data, foram apresentadas, na medida em que a estratégia energética contida no PNEC 2030 vem criar incertezas sobre o Sistema Nacional de Gás e a EN-H2, entretanto aprovada, obriga o Operador da RNTIAT (Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL) a prever ações de preparação para a sua operacionalização.

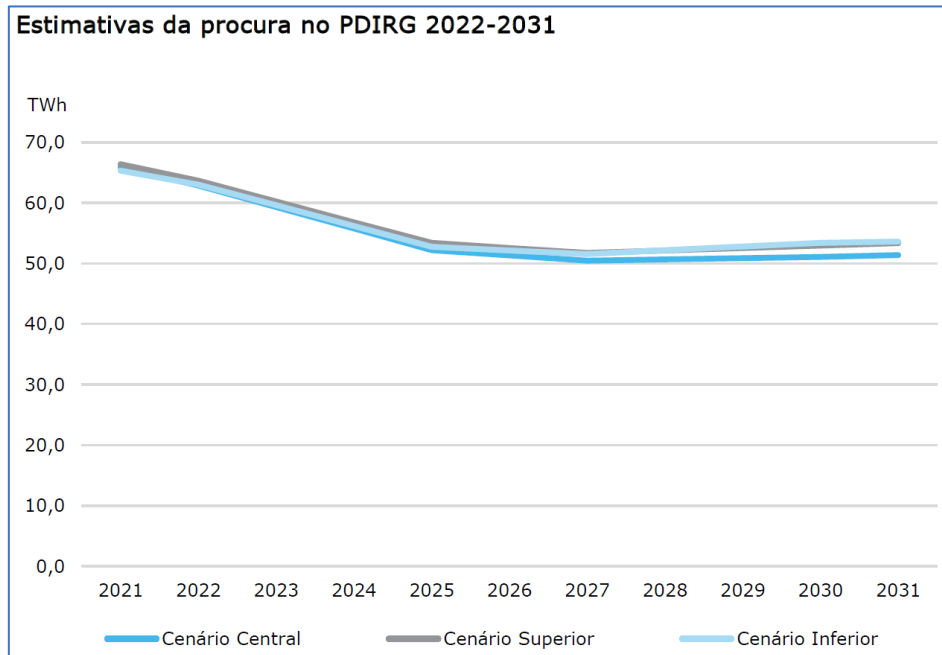
Pressupostos do Plano

- Procura

Os consumos anuais de gás têm-se mantido desde 2017 claramente acima de 60 TWh, com variações devidas à maior ou menor atividade das centrais de ciclo combinado, já que o consumo convencional (indústria, serviços e setor doméstico) tiveram um desempenho regular situado em cerca de 40 TWh.

Pelos fatores já mencionados, dos quais se destaca a previsão de menor funcionamento das centrais de ciclo combinado, a proposta de Plano apresenta três cenários; destes resulta sempre uma redução nos níveis globais de consumo de gás em cerca de 4%-5%.

Esta previsão irá condicionar, quer as propostas de investimento, quer a avaliação que delas se fizer.



Fonte: Proposta de PDIRG 2021 (março/2021)

- Condicionantes externas

Apesar das orientações estabelecidas no PNEC 2030, após a apresentação do PDIRD-GN 2018, o Governo atribuiu, em 2019, à SONORGÁS, 8 novas licenças correspondentes a outros tantos Municípios no nordeste do País, onde, agora, existem 26 UAG's.

Por outro lado, a EN-H2, já aprovada pelo Governo através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 63/2020, de 14 de agosto, estabelece metas bem definidas para a introdução de hidrogénio verde (a que acrescem outros gases renováveis).

A proposta de Plano incluiu, portanto, a elaboração de vários estudos que ajudem a estabelecer, com segurança e a necessária capacidade de controlo e medida, essa incorporação de combustíveis com baixo teor em carbono.

Conteúdo do Plano

A proposta de PDIRG 2021 apresenta, como é habitual, projetos base e projetos complementares, estando agora valorizados apenas os que se pretende que tenham execução nos primeiros 5 anos do seu período de vigência.

Por outro lado, e atendendo às incertezas sobre a evolução da transição energética, não é proposta a realização de projetos complementares, dos quais se destaca a anteriormente indicada terceira interligação com Espanha, e também um eixo nacional de transporte de hidrogénio e da instalação de abastecimento de bancas de GNL em Sines.

Assim, e para o período 2022/2026, estão previstos projetos em custos diretos orçamentados em 124,31 M€ (100,11 M€ com eventual subsídio), aos quais acrescem cerca de 12 M€ de custos de estrutura.

- Rede nacional de Transporte de Gás: 47,35 M€
- Armazenagem Subterrânea do Carriço: 4,53 M€
- Gestão Técnica Global: 11,99 M€
- Adaptação ao hidrogénio:
 - 40,33 M€ sem subsídio
 - 16,13 M€ com eventual subsídio
- Terminal de Gás Natural Liquefeito: 20,12 M€

As propostas de investimento na Rede Nacional de Transporte e na Armazenagem Subterrânea do Carriço não suscitam crítica ou comentários relevantes.

No que respeita ao Terminal de Gás Natural Liquefeito, salienta-se a previsão de necessidade de um 4.º posto de enchimento de camiões-cisterna num valor estimado de 3 M€.

A verba prevista para os investimentos na Gestão Técnica Global é elevada, mas justificada, sobretudo, pela necessidade imediata do reforço da segurança informática e por maior operacionalidade no despacho.

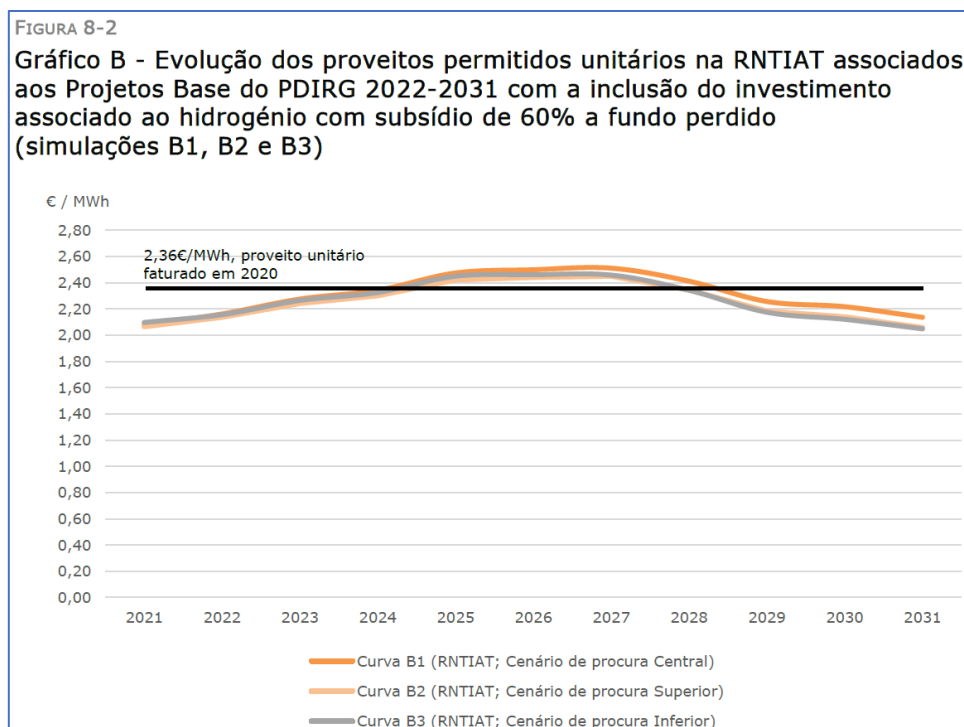
Já a adaptação ao hidrogénio terá de ser encarada com prudência, exigindo-se que se obtenha financiamento externo para as respetivas ações. É inadmissível que os consumidores não sejam apoiados no âmbito de um projeto que, de acordo com declarações públicas de vários membros do Governo, virá a beneficiar de vastos apoios financeiros, nomeadamente através de Fundos Europeus .

Evolução do impacto tarifário dos projetos base

De acordo com a proposta de Plano, ocorrerá no primeiro período de 5 anos, até 2026, um impacto tarifário crescente devido à conjugação do efeito subjacente ao aumento do ativo ainda agravado com o efeito que decorre da previsão da redução dos consumos de gás.

Salienta-se, no entanto, que o Plano prevê um retorno desse impacto a valores da ordem dos verificados em 2021, devido ao facto das amortizações a considerar excederem o valor do investimento proposto.

Este efeito, aliado às incertezas sobre a evolução da política energética, suscita grande preocupação pelas suas consequências em termos de grandes aumentos nos custos de gás natural para os consumidores.



Considerações finais

A existência de um Sistema Nacional de Gás, competitivo e adequado às necessidades das atividades económicas é considerado pela CIP, ouvido o seu Conselho Estratégico Nacional da Energia, uma opção prioritária e necessária a uma incorporação realista de fontes renováveis no consumo final de energia.

Esse reconhecimento oficial é necessário, e as incertezas atuais não ajudam à recuperação económica.

Reconhece-se que, na globalidade, os investimentos propostos são necessários, devendo, contudo, respeitar a racionalidade económica, sobretudo os respeitantes ao hidrogénio renovável, pelos riscos que, manifestamente, apresentam, tendo em conta o estado de maturidade tecnológica, e serem sempre que possível suportados por fontes de financiamento específicas, nomeadamente provenientes de Fundos Europeus. Neste sentido, a decisão sobre projetos nas redes para acomodar hidrogénio renovável e outros gases de baixo teor de carbono deve assentar na sua viabilidade económica, tendo como requisito a realização dos projetos de produção que lhe são afetos e os impactos nos consumidores finais.

Por último, a CIP, ouvido o seu Conselho Estratégico Nacional da Energia que manifestou inequívoco apoio ao desenvolvimento da rede de gás como infraestrutura fundamental para a competitividade da indústria e das empresas portuguesas em geral, reitera a importância fundamental de se manterem otimizadas as infraestruturas de gás existentes por serem indispensáveis à competitividade do conjunto das atividades económicas, sobretudo para a indústria e, também, por serem a melhor solução custo-eficiente de redução das emissões de gases de estufa, pelo menos no horizonte das próximas duas décadas.